

## Programa de energia alternativa tem parecer favorável da CCJ

*Projeto de Edison Lobão que visa a promover o aproveitamento de fontes como a termossolar, a eólica e a fotovoltaica será agora submetido ao plenário*

**Comissões definem suas emendas ao Orçamento**

Página 5



Edison Lobão



Ramez Tebet

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). A proposta, que visa a promover o aproveitamento de fontes alternativas de energia, como a termossolar, a eólica e a fotovoltaica, vai agora ao plenário do Senado.

O relator da matéria, Ramez Tebet (PMDB-MS), destacou que, "após longos anos de estagnação, o setor elétrico está sendo reformulado, reduzindo a participação do Estado, eliminando-se os monopólios e abrindo-se novas perspectivas de atuação para o capital privado nacional e estrangeiro".

Ao justificar o projeto, Edison Lobão argumentou que o estímulo ao uso de fontes alternativas de energia está sendo feito de forma tímida pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem).

**CONSELHO EDITORIAL**  
A CCJ também aprovou parecer favorável do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) a projeto de resolução de iniciativa da Comissão Diretora que cria o Conselho Editorial do Senado. A matéria será submetida ao plenário.

## Plenário recepciona missão do Haiti

O plenário do Senado recepcionou na tarde de ontem a delegação parlamentar do Haiti que realiza visita oficial ao Brasil. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudaram a comitiva, expressando votos de que o Haiti e o Brasil tenham êxito nos seus esforços para acabar com as desigualdades sociais.

Benedita destacou o processo democrático em curso e o papel exercido pelo Parlamento haitiano na estabilização das instituições políticas. Lembrou que, como convidada da OEA, participou do processo eleitoral do país como observadora.

Eduardo Suplicy destacou a



Os haitianos receberam oferta de colaboração do presidente do Senado

informação de que entre 3 e 4% da população do Haiti concentram quase a totalidade da riqueza do país, concluindo que é urgente a necessidade de reformas para reduzir a miséria.

Sebastião Rocha (PDT-AP) também homenageou a missão, exprimindo votos de que o país se mantenha alicerçado no regime democrático. A comitiva haitiana é composta

pelos senadores Newton Jeudy e Júlio Larosiliere, e pelos deputados Jean Fortune, Marie Pierre Pradel, Ronald Desormes, Jean Laurent Nelson, Ricard Pierre e Patrícia Defay. O presidente do Senado, José Sarney, ofereceu a colaboração da Casa à estruturação do Parlamento do Haiti.

Página 8

## Senado vai investigar morte de bebês em Roraima

*Aprovada a criação de comissão temporária proposta por Romero Jucá. Página 3*

# CAE aprova que Itaipu pague débitos com títulos da dívida externa

*Decisão, defendida por José Fogaça, contraria parecer do relator, Roberto Requião. Projeto será submetido agora ao plenário*

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) acolheu ontem projeto de lei da Câmara que autoriza o Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional por meio de títulos da dívida externa brasileira, no valor correspondente a até 140 milhões de dólares. A decisão contrariou o parecer do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), pela rejeição da matéria. O projeto será submetido ainda ao plenário.

Requião argumentou em seu parecer que a operação pretendida guarda semelhança com a que foi realizada em outubro de 1994. "Embora considere o Paraguai um país amigo, não acredito seja responsabilidade do governo brasileiro subsidiar empresas paraguaiás", disse o senador em seu parecer.

Defendendo a autorização,



Gilberto Miranda preside reunião da CAE

José Fogaça (PMDB-RS) disse entender que, na possibilidade de o plenário também aprová-la, tanto o Brasil quanto o Paraguai sairão ganhadores. Com o apoio de Elcio Álvares (PFL-ES), Geraldo Melo (PSDB-RN) e do presidente da comissão, Gilberto Miranda (PMDB-AM), Fogaça ressaltou que a operação autorizada pela CAE poderá permitir ao Brasil receber uma dívida que não rece-

beria em outras condições. Lauro Campos (PT-DF), por sua vez, defendeu o parecer do relator.

A CAE também aprovou, e vai ao plenário, autorização para contratação de operação de crédito no valor de US\$ 300 milhões

entre o BNDES e o BID, destinado a financiamento do Programa de Crédito Global Multissetorial.

A CAE também aprovou requerimento de Wilson Kleinübing (PFL-SC) para que o diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, compareça à CAE, a fim de prestar esclarecimentos sobre letras financeiras do estado de Santa Catarina.

## Senado renova concessões para rádio e televisão

O plenário do Senado aprovou ontem oito projetos de decretos legislativos renovando a concessão outorgada às seguintes emissoras: Fundação Roquette Pinto, em São Luís (MA); Rádio Educação Rural Ltda., em Campo Grande (MT); Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé, em Bagé (RS); Rádio Barretos Ltda., em Barretos (SP); Empresa Jornalística Diário da Manhã Ltda., em Passo Fundo (RS); Televisão Gaúcha S.A., em Porto Alegre (RS); Rádio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda., em Viamão (RS); e Lins Rádio Clube Ltda., em Lins (SP).

Também foram aprovados os nomes de quatro embaixadores para representarem o Brasil no exterior: Luiz Brun de Almeida e Souza, para a República de Burkina Faso; Virgílio Moretzsohn de Andrade, para a República Democrática do Sudão; Jorge Saltarelli Júnior, para a República do Suriname; e Luiz Fernando do Couto Nazareth, para a República da Guiné-Bissau.

A pedido de Roberto Requião (PMDB-PR), o Senado decidiu incluir em ordem do dia projeto de Gérson Camata (PMDB-ES) instituindo o "Dia Nacional do Imigrante Italiano". Josaphat Marinho (PFL-BA) manifestou-se contra a iniciativa, por entender que a nomeação dessa data em favor dos italianos poderá significar discriminação contra outros imigrantes instalados no Brasil.

## Kleinübing busca suspender operação de crédito para SC

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) apresentou ontem projeto de resolução suspendendo por 90 dias a emissão de títulos, para pagamento de precatórios, por parte do governo de Santa Catarina. Autorizada pelo Senado, a operação



Kleinübing

totalizava R\$ 552 milhões. O senador lamentou que a operação tenha sido aprovada em regime de urgência, solicitada pelos líderes partidários, sem que os senadores catarinenses tenham sido ouvidos.

Segundo o senador, a opera-

ção não foi aceita pelo mercado e o governo catarinense vendeu os títulos com deságio, arrecadando R\$ 423 milhões.

- Esse prazo de 90 dias é para que o governo de Santa Catarina comprove o cumprimento da autorização aprovada pelo Senado - explicou o senador.

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
Senador José Sarney

10h30 - Reunião da Comissão Diretora  
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

**PLENÁRIO**

10h30 - Sessão extraordinária deliberativa do Senado  
Pauta: Discussão em turno único dos \*PLC nº 127/95, que altera para 258% o limite máximo da Gratificação Extraordinária devida aos servidores da categoria funcional de Técnico do Ministério Público da União; e \*PLS nº 68/96, que denomina a Refinaria de Manaus - Reman, como Refinaria Isaac Benayon Sabbá - Riben; \*PLS

nº 293/95, que dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde; \*PLS nº 92/96, que institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos; e votação em turno único de dez Requerimentos de inclusão, dispensa de parecer, tramitação conjunta e retirada de projetos em ordem do dia.

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

**COMISSÕES**

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: Discussão das Emendas coletivas da comissão ao Orçamento da União para o ano de 1997. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

# Senado cria comissão para examinar morte de bebês

*A iniciativa foi do senador Romero Jucá. Ele garante que desde agosto, quando se instalou o surto de infecção no hospital de Boa Vista, morreram ali 100 bebês, e não apenas 32*

A pedido do senador Romero Jucá (PFL-RR), o plenário do Senado decidiu ontem criar uma comissão temporária interna, com sete senadores, para acompanhar os fatos e circunstâncias que resultaram na morte de dezenas de recém-nascidos no hospital-maternidade de Boa Vista (RR). Ao louvar o atendimento do seu requerimento, o senador anunciou que não morreram apenas 32 crianças, como noticiou inicialmente a imprensa, mas 100 bebês.

- Não foram apenas 32 crianças que morreram naquela maternidade. Essas 32 morreram em outubro. Desde agosto, havia ali um surto de infecção hospitalar, que não veio à tona porque o governo esta-



Romero Jucá

va em campanha eleitoral. A diretora da maternidade era candidata a vereadora e, por conta disso, mais de 100 crianças morreram. E ainda não se chegou ao fundo do poço nessa investigação - afirmou.

Jucá explicou que essa é a

razão pela qual considera tão importante a concordância do plenário em criar a comissão temporária, que aguarda apenas a indicação dos representantes partidários para ser instalada. "Hoje (ontem) eu falei com o ministro da Saúde, Adib Jatene, e ele me disse que está mandando para Roraima uma auditoria específica do ministério. Vamos acompanhar também o trabalho do Ministério Público e investigar a fundo esse massacre de crianças que procuraram a vida e encontraram a morte."

O senador argumentou que essas crianças e mães estavam sob a proteção do Estado, visto que se encontravam num hospital público, e sob a guarda de uma Constituição que

garante saúde para todos. "Enquanto acontece uma tragédia de tal gravidade, o governador de Roraima passeia de helicóptero e constrói obras superfaturadas, inclusive na área de saúde", acentuou ele.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que, a confirmar-se a morte de 100 crianças naquela maternidade, o Ministério Público e a comissão temporária do Senado devem envidar todos os esforços "para que os responsáveis sejam punidos com cadeia". Ela entende que "antecipar a morte de um pequeno ser que está sendo esperado em casa pela família é um rito infernal" e sustentou que "é em defesa da vida que esse episódio deve ser esclarecido".

## CCJ começa a analisar mudanças na edição de MPs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania começou a apreciar o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a cinco propostas de emenda à Constituição que tratam da regulamentação da edição de medidas provisórias (MPs). A discussão da matéria foi adiada com a concessão de vista coletiva à comissão. O primeiro pedido de vista foi apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele justificou sua iniciativa, afirmando que o assunto era extremamente importante "para o fortalecimento do Legislativo e, principalmente, para a independência e a harmonia entre os três poderes".

O trabalho de Fogaça levou em consideração um substitutivo do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que foi relator de comissão especial destinada a examinar todas as propostas de emenda constitucional sobre as medidas provisórias.



Substitutivo de Fogaça, em discussão na CCJ, amplia controle do Congresso sobre MPs

O substitutivo do senador gaúcho amplia para 60 dias a vigência das medidas provisórias; exige que o presidente da República comunique ao presidente do Congresso Nacional a edição de MP com 48 horas de antecedência, salvo sigilo imprescindível; e estabelece que as MPs serão apreciadas por uma comissão mista permanente, única, de 17 deputados e 17 senadores, estrutura-

da nos moldes da Comissão Mista de Orçamento.

Fogaça propõe ainda que a votação em plenário seja feita não mais em sessão conjunta, mas separadamente nas duas Casas; e que, não votada em 60 dias, a medida provisória seja colocada, em regime de urgência, na ordem do dia da Câmara ou do Senado (observado o critério de alternância simples).

O substitutivo proíbe a reedição de MP sempre que o Congresso aprovar decreto legislativo declarando a cessação de sua eficácia e, no mesmo instrumento, disciplinar a garantia dos atos realizados na sua vigência. Fica proibida também a edição de medida provisória tratando de matéria de lei delegada, matéria penal ou especificada em lei complementar.

# Levy Dias ressalta criação de entidade pró consumo de carne

*Pecuaristas de Mato Grosso do Sul fundam a Procarne, destinada a reverter a estagnação da demanda do produto bovino, informa senador*



Lúcio Alcântara

## Alcântara busca maior apoio para atividade rural

Uma política de desenvolvimento abrangente, dotada de sobriedade e de visão estratégica ante a importância do produto agrícola na economia brasileira, foi defendida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador entende que a agricultura do País precisa, "antes de mais nada", ser estimulada pelo poder público.

Por essa razão, o senador considerou elogiável a campanha "Agricultura Real, um Prêmio à Produtividade e Qualidade", lançada pelo presidente da República em setembro último. Segundo Lúcio Alcântara, a promoção, que é patrocinada pelo Ministério da Agricultura, reúne um conjunto de concursos e premiações "interessantes e criativos", destinados a incentivar a produtividade, com qualidade, no setor.

Lúcio Alcântara, prevendo que a campanha produza resultados positivos já em 1996/7, disse ser importante renová-la anualmente. "O setor agrícola responde com rapidez aos investimentos e é um forte gerador de empregos. Uma agricultura bem estruturada é o fundamento de uma economia sólida", garantiu.

O senador Levy Dias (PPB-MS) registrou ontem em plenário que no último dia 26, em Campo Grande, os pecuaristas filiados à Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), à Federação da Agricultura (Famasul) e ao Sindicato Rural do estado criaram a Fundação de Promoção da Cadeia Produtiva da Carne Bovina (Procarne).

A Fundação Procarne terá como principal atividade a criação e implementação de uma estratégia permanente de publicidade institucional para os produtos bovinos, à semelhança de entidades do gênero já existentes na Argentina, Austrália e Estados



Levy Dias

Unidos, disse. O financiamento da Procarne será feito com recursos provenientes dos próprios pecuaristas, que descontarão para a entidade 0,3% do valor das notas fiscais por eles emitidas. Para 1997, segundo Levy Dias, a estimativa de arre-

cação é de R\$ 3,6 milhões, dos quais 90% serão aplicados em pesquisa e marketing e 10% em despesas administrativas.

A iniciativa dos pecuaristas procura reverter a estagnação do consumo de carne bovina decorrente de "mitos condenatórios" e da disseminação de abates clandestinos, afirmou o senador. Segundo ele, a falta de uma política de informação sobre o valor nutricional, e sobre a segurança do seu consumo quando o produto está devidamente fiscalizado e carimbado, é responsável pelo baixo incremento do consumo de carne bovina, relativamente ao de frango e porco.

## Odacir prefere Ibama orientando os madeireiros

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e ao presidente do Ibama, Eduardo Martins, que redirecionem a atuação do Ibama na Amazônia - e em especial em Rondônia - para que a atividade madeireira na região possa ser praticada dentro dos preceitos do manejo florestal sustentável e, assim, continuar contribuindo para a geração de riquezas.

Segundo o senador, o Ibama, muito mais do que "simplesmente atuar, apreender, lavrar autos de infração, interditar e embargar a atividade madeireira com a finalidade única de arrecadar recursos para o órgão", deve "atuar de forma preventiva, de sorte a educar os industriais madeireiros a agirem de

modo não apenas economicamente viável, mas ecologicamente correto e socialmente justo".

Odacir Soares disse que a opinião pública de Rondônia "está em estado de tensão" em virtude da Operação Amazônia, que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estão pondo em prática no estado. Conforme explicou, as tentativas de fechamento da BR-364, em Ji-Paraná, e da BR-421 têm levado a população a supor até que se estaria desencadeando "uma operação de guerra contra a principal atividade econômica de Rondônia".

Por outro lado, o senador defendeu que o Governo do estado de Rondônia passe a utilizar os recursos do Planaflo para apoiar "forte e decididamente" o setor madeireiro, orientando a exploração da

floresta. "Tenho informações de que o Planaflo dispõe de US\$ 13 milhões para essa finalidade", garantiu o senador, certo de que a atividade madeireira precisa deixar de ser encarada como predatória.

### ENCONTRO

O gabinete de Odacir Soares informou ontem que o presidente do Ibama, Eduardo Martins, aceitou o convite do senador para participar de reunião com as lideranças do setor madeireiro e autoridades de Rondônia. O encontro será em Porto Velho, nos dias 7 e 8 de novembro.

O senador acredita que a oportunidade propiciará um acordo que "acabe de uma vez por todas com a intranquilidade dos madeireiros e faça reconhecer o valor do trabalho deles".



Ney Suassuna

## Suassuna quer garantir verba para rodovias

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição que cria um imposto sobre combustíveis e lubrificantes, cuja arrecadação será destinada à recuperação e manutenção das estradas federais. A emenda não estabelece qual será o percentual da alíquota do novo imposto, ficando a cargo do Executivo o envio de projeto de lei ao Congresso com os detalhes da nova tributação.

Ao justificar o novo imposto, Suassuna lembrou que essa taxa já existiu no Brasil até 1988. Depois disso, a cada ano, o governo foi diminuindo as aplicações no setor rodoviário. "Trata-se da regeneração de um patrimônio construído nos últimos 50 anos e avaliado em cerca de R\$ 300 bilhões, que se encontra ameaçado de perda total por absoluta falta de condições para sua manutenção", afirma o senador.

Suassuna considera que não existe nenhuma opção factível para se cobrar taxa destinada à manutenção de rodovias que não seja por meio do consumo de combustíveis. Ele lembra que a maioria dos países desenvolvidos mantém suas estradas com impostos pagos pelos donos de automóveis. Conforme o senador, esse é um imposto de fácil controle e de evasão quase nula, porque seu recolhimento pode ser feito pelas distribuidoras de derivados de petróleo.

O senador também elogiou a iniciativa do BNDES de criar o Programa de Crédito Produtivo Popular.

# Comissões do Senado definem emendas ao Orçamento da União

*Prazo para entrega termina amanhã. CCJ, CAE, CFC e CAS decidiram prioridades ontem. CRE e CSI reúnem-se hoje*

Quatro comissões do Senado definiram ontem as emendas coletivas - em número de cinco, cada uma - que deverão apresentar ao projeto de lei orçamentária para o próximo ano. O prazo para o encaminhamento de emendas à Comissão Mista de Orçamento encerra-se amanhã (dia 1º).

As emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) referem-se a recursos para a construção, na região Centro-Oeste, de três penitenciárias, uma agroindustrial e duas agrícolas, sendo que uma destas vai ser em Porangatu (GO). A CCJ também defende verbas para a ampliação do edifício sede da seção judiciária da Justiça Federal no Ceará e para um programa de assistência médica e odontológica aos servidores da Justiça Federal.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos decidiu propor emendas com a seguinte destinação: programa de garantia de renda mínima nacional; pavimenta-

ção do trecho da rodovia BR-163 em Mato Grosso; pesquisa de quartzo em Araguaína (TO); Fundo Nacional de Desenvolvimento; e cooperativas da área arroseira do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste.

A Comissão de Assuntos Sociais também definiu as cinco emendas, que pleiteiam verbas para a dragagem e desassoreamento de rios e canais em todo o País; reforma e aquisição de equipamentos para hospitais universitários integrantes do SUS e para a implantação de programas de combate ao trabalho infante-juvenil. A comissão ainda solicita recursos para os hospitais da Rede Sarah e para a modernização da economia extrativista da região Norte.

A Comissão de Educação pleiteia verbas para o Programa de Crédito Educativo, realização de atividades culturais da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (Umes-SP); universidades fede-

rais do Acre e Roraima, universidades não-federais em Tocantins (TO); bolsas de estudo para a pós-graduação; implantação e manutenção de centros públicos de formação profissional; Programa Bolsa Familiar de Ensino Fundamental.

Por sua vez, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) escolheu três emendas que prevêem recursos para o Tribunal de Contas da União: uma delas destinada à obra do anexo do Tribunal em Brasília, a segunda, para a compra de 350 equipamentos de informática e a terceira, para a instalação de duas sedes da Secretaria de Controle Externo. Outras emendas da CFC destinam recursos para as construções de ponte no rio Tocantins e de trechos da Ferrovia Norte-Sul.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CSI) deverão escolher suas emendas coletivas ao Orçamento em reunião hoje às 10h.

## Diretor da Clínica Santa Genoveva explica como dá atendimento a idosos

A comissão especial que averigua as condições de funcionamento das instituições geriátricas no Rio de Janeiro, presidida pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ouviu ontem o depoimento do médico Eduardo Quadros Spínola, diretor e proprietário da Clínica Santa Genoveva, onde a morte de pacientes foi atribuída às más condições de atendimento.

Respondendo a questões propostas pelo relator da comissão, senador José Alves (PFL-SE), Spínola afirmou que a Santa Genoveva nunca deu lucro e sempre sobreviveu às custas de filantropia.



José Alves

Segundo disse, boa parte dos recursos do SUS são aplicados no atendimento de pacientes idosos e terminais em CTIs, por exigência das famílias. Esse dinheiro, a seu ver, faz falta no atendimento comum das enfermarias.

O depoente argumentou a possibilidade de as mortes terem sido causadas por surtos aleatórios de bactérias trazidas por visitas ou por comida vinda de fora do hospital, já que os infectados não demonstraram, antes, estar doentes. Ele ressaltou ter havido exagero da mídia na divulgação das denúncias.

Benedita da Silva disse que a comissão prosseguirá com os depoimentos até que tenha condições de divulgar seu relatório. Participaram da reunião os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Artur da Távola (PSDB-RJ) e Emília Fernandes (PTB-RS).

# Emília destaca cinquentenário da CNTI

Senadora lembra realizações históricas que marcaram a vida da entidade, como a conquista do décimo terceiro salário, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência e o abono-família

## Júnia critica FHC por esquecer temas sociais e só se preocupar com reeleição

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) pediu ontem que o presidente da República deixe de lado a tese da reeleição e debata com a sociedade os problemas sociais. Ela quer também que FHC atue na busca de uma solução para socorrer as crianças que estão expostas nas ruas à violência e à mendicância. A senadora condenou o empenho do Presidente para aprovar sua reeleição em detrimento dos graves problemas sociais que estão acontecendo no País.

Júnia afirmou que, enquanto o Presidente está preocupado com sua reeleição, a TV Globo mostra crianças menores de 12 anos fora da escola e fazendo trabalho escravo nos canaviais.



Júnia Marise

A senadora ressaltou, ainda, que a morte de 34 crianças na Maternidade de Roraima é um exemplo do descaso do governo para com a saúde pública.

- A prioridade nacional não é a população. Não está definida no combate à miséria, à fome e ao desemprego - afirmou a senadora. - A cada dia, fábricas são fechadas e centenas de trabalhadores são de-

sempregados. Em meio a esse quadro, o noticiário dá conta de que o governo pretende liberar novos recursos do Proer para socorrer instituições financeiras em dificuldades.

Júnia Marise destacou a presença no plenário do Senado de prefeitos do norte de Minas Gerais que, segundo ela, estão enfrentando os mesmos problemas de falta de recursos que têm os representantes dos municípios nordestinos.

Finalmente, a senadora informou que a Frente Parlamentar contra a Privatização da Vale do Rio Doce vai intensificar seu trabalho nas ruas para conscientizar a população sobre a inconveniência da venda da empresa.

O plenário do Senado homenageou ontem a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), que



Emília

está comemorando 50 anos de fundação. Coube à senadora Emília Fernandes (PTB-RS) destacar o papel desempenhado pela entidade na "luta dos trabalhadores por seus direitos e do esforço coletivo na busca da construção e da afirmação de uma estrutura sindical unitária, independente e verdadeiramente livre".

- A confederação tem em sua biografia realizações históricas que marcam a vida da entidade e demonstram o valor e o compromisso dos trabalhadores industriários. São exemplos mais expressivos a conquista do 13º salário, a extensão desse benefício aos aposentados e pensionistas, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, o repouso semanal remunerado e o abono-família - afirmou, lembrando que a CNTI foi a primeira entidade confederativa de trabalhadores criada no Brasil.

A senadora destacou que, "assim como os dirigentes da CNTI, não concordamos, em nenhum momento, com medidas como o corte dos direitos previdenciários dos trabalhadores, em especial da aposentadoria por tempo de serviço, a extinção da Justiça do Trabalho, o fim do ticket-alimentação e a eliminação dos serviços prestados por instituições como o Sesi e o Senai, entre outras".

Em aparte, Valmir Campelo (PTB-DF) destacou o trabalho da CNTI pelo aperfeiçoamento profissional do trabalhador. Bernardo Cabral (PFL-AM) ressaltou a participação da entidade nas discussões sobre relações trabalhistas durante a Constituinte, em 1988.

## Sebastião Rocha considera debate "egoísta"

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que "a proposta de reeleição do presidente da República no momento é casuístico, um debate egoísta que não tem interesse social, mas sim particular". O senador lembrou que não é contra a tese da reeleição, mas defende um plebiscito para a questão.

Ele condenou a declaração do deputado José Múcio, relator da proposta de reeleição, de que a desincompatibilização é desnecessária. "Isso é uma mudança radical. Hoje em dia os servidores públicos são obrigados a deixar o cargo três meses antes do pleito", disse.



Sebastião Rocha

Para o senador, a motivação principal do governo para trabalhar pela reforma administrativa não é o combate ao déficit público. Segundo Sebastião Rocha, o relator da proposta, deputado Moreira Franco, deixou claro que ficou surpreso com a publicação das recentes medidas de contenção de gastos públicos, por entender que elas pouco vão acrescentar no combate ao déficit

governamental.

Sebastião Rocha disse que o governo não alcança 60% do Orçamento no gasto com pessoal e, por isso, não serão essas mudanças de caráter administrativo, desempregando milhares de trabalhadores, que irão reverter o quadro atual do déficit.

Rocha destacou, ainda, denúncia da OMS, segundo a qual 30% dos medicamentos distribuídos no País são falsificados. Ele pediu providências das autoridades, acrescentando que, de acordo com o relatório, esses medicamentos são fabricados em empresas localizadas em fundos de quintal, tendo apenas o rótulo original.

# Marina teme que Darli Alves fuja novamente

*Se for transferido para o Acre, mandante da morte de Chico Mendes "só ficará preso o tempo que quiser", adverte senadora*

A senadora Marina Silva (PT-AC) considera arriscada a transferência de Darli Alves, mandante do assassinato de Chico Mendes, da Penitenciária de Brasília para o Acre. Segundo ela, devido às precárias condições da penitenciária do estado, "Darli só ficará preso o tempo que quiser".

- Há interesses de que Darli não cumpra a pena - disse a senadora, certa de que "algumas pessoas apoiaram a fuga dele". A transfe-



Marina Silva

rência para o Acre, conforme Marina, será feita em decorrência de decisão da

Justiça do estado, que considerou dever o criminoso cumprir pena onde praticou o delito.

A senadora registrou o esforço do Ministério da Justiça e da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal para garantir a permanência de Darli Alves em Brasília. Destacou ainda o empenho do Ministério Público do estado do Paraná, onde Darli também é condenado, para evitar a transferência.

## Amorim elogia atitude de ex-secretário de Saúde

O senador Emandes Amorim (PMDB-RO) homenageou o médico e deputado estadual Mauro Nazif por ter renunciado ao cargo de secretário de Saúde de Rondônia 29 dias depois de tomar posse. O senador considerou o episódio uma demonstração de que suas denúncias contra o governador Valdir Raupp "são absolutamente precedentes".

- O médico Mauro Nazif deixa o cargo fazendo graves acusações ao governador. Essas acusações tornam-se mais graves por serem feitas por um aliado do próprio governo. Ele denunciou várias irregularidades administrativas constatadas nos 29 dias em que esteve à testa da Secretaria de Saúde - disse.

Entre as denúncias feitas pelo médico e mencionadas por Amorim está a de que o governo estadual pagou por produtos hospitalares que nunca foram recebidos dos fornecedores. O senador lamentou que, sendo Rondônia um estado pobre, numa região endêmi-



Emandes Amorim

ca de malária, o desvio de recursos ocorra exatamente na área de saúde. "O fato torna-se ainda mais vergonhoso à medida que sabemos dos esforços do governo federal para debelar a crise da saúde pública do País", acrescentou o senador.

Amorim ressaltou "a integridade moral do ex-secretário", salientando que, mal Nazif constatou as irregularidades na área de saúde, encaminhou notícia-crime ao Ministério Público estadual. O senador colocou-se à disposição do médico na tramitação desse processo e disse que o Ministério da Saúde precisa tomar conhecimento das irregularidades denunciadas.



Benedita da Silva

## Benedita critica proposta para hospital público

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao comentar ontem a proposta do governo de transformar 13 hospitais da rede pública federal em organizações sociais, afirmou ter a convicção de que "não será entregando uma parcela da saúde pública à iniciativa privada que lograremos a democratização e uma melhora sensível na qualidade do atendimento prestado".

- A proposta do governo não soa, no mínimo, contraditória, já que o discurso do enxugamento da máquina está fundamentado no sentido de que se canalizem maiores verbas para as áreas sociais, como a saúde, justamente quando o Congresso aprovou a criação da CPMF, com esse fim? - questionou.

Benedita da Silva indagou ainda se essa proposta do governo atenta para a situação dos profissionais da saúde pública, "hoje com salários muito abaixo do mercado, obrigando-os a trabalharem, no limite de suas forças, em dois ou três estabelecimentos de saúde, para garantirem um salário digno".

**Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo**

*Informações para recepção do sinal da TV Senado*

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N65

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

# Senado renovará acordo com a Universidade de Albany

*Servidores contarão com a possibilidade de realizar cursos de treinamento, pós-graduação e doutoramento na instituição americana especializada em modernização de Parlamentos*

## Defesa contra a violência sexual, propõe Flaviano

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) defendeu projeto de sua autoria que inclui nos currículos escolares do ensino fundamental e médio disciplinas relacionadas com os direitos da criança e adolescente e com noções sobre defesa de violência sexual. Segundo o senador, a medida é sugerida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão ligado ao Ministério da Justiça.



FLAVIANO

- A escola, em especial a obrigatória ao nível do ensino fundamental, não pode se afastar da vida da comunidade e da sociedade. Ao contrário, deve trazer para dentro do seu âmbito os problemas vividos pelos alunos ou à sua volta, permitindo que se tornem conscientes e se protejam na medida dos seus limites - disse Flaviano Melo na justificativa da matéria. Ele informou, com base em relatório daquele conselho, que 70% das crianças vítimas da violência sexual são pobres.

O Senado vai renovar nos próximos dias convênio com a Universidade de Albany, do estado norte-americano de Nova York, para que servidores da Casa façam cursos de treinamento, pós-graduação e doutoramento naquela escola. Esse convênio existiu na década de 70,

quando dezenas de funcionários fizeram cursos de aperfeiçoamento em várias áreas, o que contribuiu para a modernização administrativa e legislativa da Casa.

A renovação do convênio foi discutida ontem entre o primeiro-secretário, senador Odacir Soares (PFL-RO), e o diretor de desenvolvimento legislativo da Universidade de Albany, Abdo I. Baaklini. A



Baaklini e Odacir tratam da renovação de convênio com universidade

universidade direcionou seus cursos para a modernização de Parlamentos, ao contrário da maioria das escolas norte-americanas, que são mais voltadas para o estudo do Executivo.

- A Universidade de Albany será o braço do Instituto Legislativo Brasileiro no exterior", segundo Odacir Soares. O instituto vai substituir o Centro de Treinamento do Senado (Cedesen), que está sendo

transferido para um prédio próprio, ao lado da Gráfica. O convênio com a universidade prevê também a realização de cursos exclusivos para senadores e seminários a serem ministrados pelos parlamentares brasileiros.

A universidade norte-americana já assinou convênios desse tipo com os Congressos de mais de 70 países, conforme o professor Abdo Baaklini.

## Sarney oferece cooperação ao Parlamento do Haiti

A exemplo do que já faz com os Legislativos do México, da Venezuela e de Guiné-Bissau, o Congresso brasileiro, em especial o Senado, poderá cooperar com a estruturação e modernização do Parlamento do Haiti. A oferta foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, à delegação do Congresso haitiano, durante encontro que faz parte do programa de contatos e estudos que a comitiva desenvolve em Brasília.

Sarney destacou os esforços feitos pelo Congresso para modernizar suas atividades e ampliar seus canais de comunicação com a sociedade, "única forma de enfrentar as crises de identidade e credibilidade que afetam os Parlamentos". Ele enfatizou que os investimentos em processamento de dados e comunicação de massa têm esse sentido, juntamente com os esforços para dar maior produtividade ao trabalho parlamentar,

pela manutenção de uma pauta sem atrasos e o empenho para garantir a assiduidade dos senadores.

Os representantes do Congresso haitiano ouviram uma ampla análise de José Sarney a respeito das dificuldades dos processos de transição dos regimes autoritários para a democracia, bem como a afirmação de que "a democracia é o único caminho seguro para o desenvolvimento".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, LEVY DIAS, NEY SUASSUNA, VALMIR CAMPELO, JONAS PINHEIRO E ADEMIR ANDRADE

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Osmar Miranda ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adílio Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amarel  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal